

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2 / Organizadoras Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-952-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.520221802>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Bortoloti, Karen Fernanda (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Ao olhar ingênuo a aproximação entre história e política pode parecer tácita, uma vez que é comum dizermos “história política” de um país, por exemplo, todavia não o é. Ao longo do tempo existiram momentos de aproximação, em busca de explicações e apoio, mas também períodos de estranhamento. Alguns pensadores chegaram mesmo a referendar, a partir da História das Ideias, que o pensamento político compunha um mundo à parte, no qual os filósofos debateriam entre si, mesmo distantes no tempo e no espaço.

A distinção entre história, como disciplina e método, e histórico, como característica de processos e práticas que acontecem no tempo e no espaço, não é apenas um recurso para ressaltar extensão da articulação entre história e política. Para além da separação proposta por Weber entre singularidade e generalização, que diferencia analiticamente a causalidade histórica da sociológica, forjou-se um vocabulário que contaminou certos segmentos da ciência política como, por exemplo, tempo, conjuntura, contexto, evento e sequência.

Nos últimos tempos observamos, no Brasil, a aproximação entre História e Política têm recebido uma expressiva revitalização. Observamos, e a obra que temos em mãos é um bom exemplo, um diálogo interdisciplinar mais amplo nos trabalhos específicos da área.

A necessidade deste diálogo para a formação dos pesquisadores das duas áreas e, porque não, para o público em geral, é importante para a compreensão da realidade que nos circunda. Não podemos esquecer que toda a ação política ocorre em um espaço de experiências, construindo e interferindo nas memórias, nas formas de pensar, nas instituições que constituem as comunidades.

Como nos ensinou Hannah Arendt, a política é uma necessidade imperiosa para a vida humana e, ainda maior para a sociedade, sendo, portanto, uma das funções da política garantir a vida dos indivíduos. Como necessidade dos indivíduos, a política interfere na existência e na convivência, cabendo a história elucidar como instituições, partidos, processos eleitorais, já que a nossa democracia é representativa, foram pensados e tornados possíveis em determinadas condições de tempo e espaço.

Assim, é de suma importância que a relação dialógica entre a História e a Política sejam mantidas e aprimoradas de forma prospectiva para a melhor compreensão da sociedade sobre ela mesma, para o entendimento das transformações sócio-históricas, das formas de pensamento.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“EMISSÁRIOS E SEUS VERTIGINOSOS PLANOS”: A AÇÃO DE LIBERAIS REPUBLICANOS NA REVOLTA DOS MATUTOS (PERNAMBUCO – 1838)

Manoel Nunes Cavalcanti Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218021>

CAPÍTULO 2..... 11

A ARTICULAÇÃO ENTRE CIDADE E SUBJETIVIDADE NA LITERATURA URBANA PÓS-MODERNA

Felipe Dias Ramos Loureiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218022>

CAPÍTULO 3..... 25

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE: ESTADO, INTERVENÇÃO LEGISLATIVA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (1928 – 1930)

Roberto Jorge Chaves Araújo

Jean Carlo de Carvalho Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218023>

CAPÍTULO 4..... 46

A CONCEPÇÃO DA DOCTRINA REFORMISTA DA IGREJA MEDIEVAL A PARTIR DE ARNALDO DE VILANOVA (SÉCULO XIV)

Nabio Vanutt da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218024>

CAPÍTULO 5..... 56

A COOPERATIVIZAÇÃO SOB O REGIME DO KHMER VERMELHO (1973-1979)

Jorge Arbage

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218025>

CAPÍTULO 6..... 67

ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS NA PRÁTICA DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA ENTRE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Fabiano Brito Dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218026>

CAPÍTULO 7..... 80

CONFISSÕES DA MADONNA: A HISTÓRIA DE UMA VÊNUS FEITA ARTE EM WILLENDORF

Carlos Velázquez

Alessandra C. Alcântara

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218027>

CAPÍTULO 8	93
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AO RECONHECIMENTO JURÍDICO E ACESSO CARTORIAL AO CASAMENTO GAY: CAMINHOS E DESCAMINHOS	
Paulo Sérgio da Silva Ana Paula da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218028	
CAPÍTULO 9	104
ECOS DE MEMÓRIA DE UMA ESCOLA CENTENÁRIA	
Tânia Regina da Rocha Unglaub Cleia Demétrio Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218029	
CAPÍTULO 10	117
HISTÓRIAS SOBRE JOVENS, REPRESSÃO E CONSUMO DE DROGAS NO BRASIL	
Ana Maria Cardachevski	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180210	
CAPÍTULO 11	134
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180211	
CAPÍTULO 12	147
MEMÓRIA E EFEITO DE SENTIDO DA FILIAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE 1934 E 1988	
Flávia David Vieira Edvania Gomes da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180212	
CAPÍTULO 13	167
NO VÁCUO DO TEMPO PRESENTE: O PASSADO DO BRASIL ENTRE NARRATIVAS	
Arthur Henrique Lux Lobo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180213	
CAPÍTULO 14	182
O BANCO MEDICI NA ERA DE COSIMO, O VELHO, COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DO PODER POLÍTICO-ECONÔMICO: A PERSPECTIVA DE MAQUIAVEL E GUICCIARDINI	
Bianca Coradin Benedeti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180214	
CAPÍTULO 15	189
O TRABALHISMO VARGUISTA ENTRE AS TRINCHEIRAS DA OPOSIÇÃO (1943-1945)	
Juliana Martins Alves	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180215>

CAPÍTULO 16.....201

OS PENSAMENTOS POLÍTICOS DE MICHEL FOUCAULT E NORBERTO BOBBIO
ACERCA DA FUNÇÃO SOCIAL DOS INTELLECTUAIS

Rodrigo Davi Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180216>

CAPÍTULO 17.....212

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E AVALIAÇÃO: POLÍTICAS DE ESTADO OU
POLÍTICAS DE GOVERNO?

Rafael Ângelo Bunhi Pinto

Silvana Maria Gabaldo Xavier

Giane Aparecida Sales da Silva Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180217>

CAPÍTULO 18.....226

RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA NA PRESERVAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS:
OS ACERVOS TEATRAIS ALOCADOS NA SALA ANTÔNIO MANOEL DE SOUZA
GUERRA CEDOC/UFSJ

Berilo Luigi Deiró Nosella

Fabiana Siqueira Fontana

Isabela Francisconi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180218>

CAPÍTULO 19.....234

TEKOHA: LUGAR DE MEMÓRIA E VIDA

Raul Claudio Lima Falcão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180219>

CAPÍTULO 20.....247

UMA ANÁLISE SOBRE A (NÃO) PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE
TOMBAMENTO

Priscila Angelo Tarabossi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180220>

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....259

ÍNDICE REMISSIVO.....260

CAPÍTULO 15

O TRABALHISMO VARGUISTA ENTRE AS TRINCHEIRAS DA OPOSIÇÃO (1943-1945)

Data de aceite: 01/02/2022

Juliana Martins Alves

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), campus Amajari; Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP)

Versão modificada e ampliada de texto publicado, anteriormente, nos anais da XXXIV Semana de História do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, outubro de 2018.

RESUMO: Este texto objetiva refletir sobre o processo de oposição ao governo Vargas, com enfoque sobre as relações entre Estado e trabalhadores no período 1943-1945. Ele se concentra sobre os aspectos da política social e sindical, definidos pelo trabalhismo, e a forma como foram situados conjuntura de crise política nos anos finais do Estado Novo. Tendo por objeto da análise o discurso antigovernamental, situa a imprensa como *locus estratégico* para o desenvolvimento da oposição, que levou ao fim o primeiro governo Vargas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhismo, Estado Novo, Imprensa, oposição.

THE VARGAS LABOUR IN THE TRENCHES OF THE OPPOSITION (1943-1945)

ABSTRACT: This text aims at reflecting upon the process of opposition to the Vargas government, especially the relation between the State and the labour forces during the period 1943-1945. The text concentrates on aspects of the social and unionist politics as defined by labourism and the way they were viewed during the final years of the New State (Estado Novo). The text has as its object of analysis the antigovernmental discourse as it sees the press as the *strategic locus* for the growth of the opposition which led to the end of the first Vargas governments.

KEYWORDS: Labourism, Estado Novo, Press, opposition.

INTRODUÇÃO

Este texto é uma releitura das ideias e fontes documentais de minha Dissertação de Mestrado, defendida na Universidade de São Paulo (USP).¹ Passados vários anos, o tema da oposição ao trabalhismo – envolvendo conceitos que, em sua historicidade, desde os anos finais do Estado Novo nortearam projetos, práticas sociais e político-institucionais de diferentes sujeitos históricos – afigura-se bastante atual. Sobretudo, em uma época na qual, em nome da suposta “modernização” do Estado, o neoconservadorismo, travestido

¹ ALVES, 2002. Dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação da Profa. Dra. Suely Robles Reis de Queiroz. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.

de ultraneoliberalismo, investe ferozmente no desmonte dos direitos sociais do trabalho (não “outorgados”, “doados”, por Getúlio Vargas, mas historicamente conquistados pelas lutas dos trabalhadores), no fim da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943) e na desregulamentação e precarização das relações trabalho (LACERDA, 2019; BRAVO, MATOS e FREIRE, 2020) – legados do período varguista.

Jornais e publicações das associações de classe do Rio de Janeiro e São Paulo, selecionados por sua maior representatividade entre seguimentos populares e intraelites, constituíram a base fundamental da pesquisa. Essa escolha deveu-se à hipótese de que, com o arrefecimento da censura a partir de 1943, a imprensa converteu-se em um *locus* estratégico, ou seja, espaço da intermediação e articulação de interesses e forças sociais que por ela e através dela (imprensa) são expressos, como também redimensionados. Ressalta-se, assim, a importância da imprensa como fonte documental, principalmente quando se tratou de investigar as posições de alinhamento ou confronto à política estatal, definida pelo trabalhismo, ao final do Estado Novo.

Nos últimos anos, diversos autores assinalaram o reconhecimento cada vez maior da imprensa e seu lugar de destaque nos estudos históricos. Segundo Marcos Morel: “A renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa, que passou a ser considerada como fonte documental (na medida em que enuncia discursos, expressões de protagonistas”, atores sociais) e “também como agente histórico que intervém” e interage com os processos sociais e influi nos acontecimentos. (MOREL, 2005, p. 2; ABREU e LATMAN-WELTMAN, 2006; KLEM, PEREIRA, ARAÚJO, 2020).

Por seu turno, o processo de oposição à política estatal, que culminou no golpe de 1945 e na deposição de Getúlio Vargas em outubro daquele ano – exatamente em uma época em que a luta pela distribuição de benefícios econômicos e sociais se associava às disputas em torno da democracia e do que esta representava para os diferentes grupos – foi, tradicionalmente, explicado pelas teorias do populismo e pela contradição “fascismo/ democracia”, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a vitória das potências democráticas na Europa, incidindo no país na questão do “poder pessoal” de Vargas. (WEFFORT, 1979, p. 15).

Dessa forma, a “relativa autonomia do poder” *pessoal* do presidente – com a liberdade de inclinar-se, ora sobre o moralismo burguês, ora sobre o moralismo popular – em um contexto de “crise de hegemonia” (“incapacidade” das elites em conferir legitimidade ao Estado); e os perigos de uma “quinada à esquerda”, representados pela “política de massas” (a exemplo da suposta adesão do governo ao MUT, Movimento Unificador dos Trabalhadores, da Campanha Queremista, o “Queremos Getúlio”, etc) traçaram um modelo e roteiro explicativo da crise de 1945, aplicado a conjunturas históricas diversas. (WEFFORT, 1978; DULCI, 1986; BOITO, 1982).

A teoria de “radicalização” governamental, voltada para as classes populares (que não encontra base real nas medidas, nem na orientação do governo) justificou a “aversão

das elites em geral” e o paradeiro posto ao populismo, com as intervenções militares de 1945, 1954, cujos desdobramentos alcançariam o Golpe Militar de 1964 – estando João Goulart (considerado herdeiro do populismo varguista) na presidência da República.

Tomando por empréstimo a proposição de Francisco Carlos Palomanes Martinho, parafraseando Castoriades: seja interpretado como “manipulação”, “demagogia”, controle/ameaça de descontrole das massas trabalhadoras pelo Estado; “latente ameaça” à ordem e à hierarquia do poder econômico (que, a rigor, representaria) o populismo converteu-se em “uma instituição imaginária da sociedade brasileira”. (MARTINHO, 1996, p. 30).

A esse respeito, entendo que utilizar o populismo (seja como instrumental teórico-metodológico ou categoria política de inspiração em Getúlio Vargas) como fator explicativo da crise e do processo oposição à política estatal, é dizer muito pouco. A meu ver, situar genericamente a oposição em torno do caráter “populista” do Estado e da “ameaça” representada pelo getulismo – sem considerar os elementos concretos e específicos da política varguista, as forças sociais atuantes na conjuntura de crise ao fim do Estado Novo e as raízes de seus conflitos e divergências dirigidos à política estatal – incorremos na tentação de acreditar que o tema da oposição ao governo Vargas é autojustificável por si mesmo. E nessa direção, incorremos no risco de simplificar os vários aspectos da política estatal de reconhecimento das demandas das classes trabalhadoras e o próprio processo de oposição, que culminou no golpe político de 1945.

Nesse sentido, a análise das fontes revela muito mais. A partir de 1943, com o arrefecimento da censura, “é através da imprensa”, como lembra Maria Celina D’aráujo (1992), que as insatisfações e divergências dos grupos dominantes ganham ressonância, transformando os jornais da época em núcleos poderosos da resistência ao governo”.

CRISE E POLÍTICA TRABALHISTA. COM A PALAVRA, AS “OPOSIÇÕES COLIGADAS”

Teria o nosso apoio o governo, se procurasse harmonizar as classes sociais, em vez de jogar uma contra as outras... não teremos outro remédio senão o de nos manter na trincheira oposicionista, para a qual o próprio governo nos empurrou.

(*O Estado de S. Paulo*, 04 de janeiro de 1945).

A paixão política deve deixar em paz a Legislação Social brasileira. Ela dignificou o trabalho humano e reconheceu os direitos do operariado nacional.

(Discurso do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, na Rádio Mauá. *O Radical*. Rio de Janeiro, 04/07/1945).

Nos anos finais do Estado Novo, dois projetos estavam em disputa: o liberalismo excludente das “oposições coligadas” (como se autodenominavam), recalcitrante aos direitos sociais e avesso à participação dos trabalhadores no processo político; e o trabalhismo, enquanto projeto político estatal, construído no período estado-novista e a

sua outra face – o corporativismo – aos quais seriam reincorporados os direitos políticos durante a democratização de 1945.

Face à reordenação política interna do regime, Virgílio de Mello Franco, um dos próceres da oposição, assinala que naquele momento: Vargas “surpreenderia o país com a mesma manobra de 1937, porém pelo avesso: no sentido da democracia”. (MELLO FRANCO, 1946, p. 12-13). Todavia, apesar da importância da Guerra e das pressões diplomáticas exteriores no processo de democratização, desde 1942, quando da entrada do país no conflito mundial, o *Boletim do Ministério do Trabalho* afirmava que o liberalismo dos EUA “conflitava com a práxis corporativista e sindical” do trabalhismo brasileiro.²

Nesse ponto, cabe aqui uma definição. Além de uma proposta política – que expressou uma dada concepção de Estado corporativo, um corpo de ideias relativas à ordenação e organização do mundo capital/trabalho e das relações de produção, subordinados aos ideais de progresso e desenvolvimento econômico – o trabalhismo foi, a meu ver, um amálgama de normas e princípios articulados, que se traduziu em um conjunto empiricamente identificável de estruturas (institucionais) e práticas (governamentais). Todos, histórica e socialmente referentes. Inscrita na estrutura material (corporativa) do Estado brasileiro após 1930, permanentemente associada ao arcabouço jurídico-estatal, aos marcos institucionais que lhe deram sustentação e aos mecanismos incumbidos de sua *operacionalização* – é da progressiva institucionalização que a proposta trabalhista extraiu o seu elemento principal, atualizando-se, inclusive, no segundo governo Vargas. (ALVES, 2010; 2018).

No contexto da chamada “democratização pelo alto” ou controlada, (COHN, 1968), em que era promulgada a CLT (1943) e a sorte do Estado Novo parecia vinculada aos resultados da Segunda Guerra, a orientação governamental far-se-ia em torno de dois objetivos centrais. Primeiro, demonstrar, na prática, os resultados da “democracia substantiva” (econômica, corporativa, social e sindical), a “cidadania corporativista”, obtida pelos trabalhadores a partir de 1930, comprovados empiricamente.³ Segundo, a reafirmação dos marcos do edifício jurídico-institucional construído e da estrutura sindical-corporativa de organização da classe trabalhadora. Estrutura que não obstante conformar-se à criação de um partido político (o PTB, e lhe servir de base) permaneceu definida como forma

2 *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, julho de 1942; maio de 1943. Em fevereiro de 1945, Vargas recebeu o secretário de Estado norte-americano Edward Stettinius para tratar de assuntos como a necessidade de restabelecer a liberdade de imprensa e o lugar que o Brasil teria na Conferência de São Francisco, como um dos países fundadores da ONU. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 27/02/1945, p. 1. Neste mesmo dia, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) comunicava à imprensa que estava “permitida a livre crítica”; divulgava também que Marcondes Filho (acumulando os Ministérios do Trabalho e da Justiça) fora encarregado de elaborar uma exposição de motivos para a regulamentação das eleições, através de um Ato Complementar à Constituição de 1937.

3 Sobre o “Panorama Trabalhista” traçado para o pós Guerra e a “ação pedagógica” do Titular da Pasta do Trabalho, Marcondes Filho – constituída de mais de 200 palestras pronunciadas de janeiro de 1942 a outubro de 1945, tendo em vista o lançamento de um livro – consultar GOMES, 1988, p. 327-328; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10/11/1944, p. 3 e “O Brasil começa honrosamente a Nova Época que se abre diante de nós”. Discurso de Marcondes Filho na “Hora do Brasil”. Reproduzido por *O Radical*. Rio de Janeiro, 11/05/1945, p. 1. Acerca da atualização do trabalhismo, ver ALVES, 2010.

“legítima” de participação.⁴ O que significou tanto a canalização dos esforços investidos pelo Estado na organização corporativa dos trabalhadores, como a garantia dos direitos sociais por eles adquiridos. Esse elemento estava no cerne da Campanha Queremista (o “Queremos Getúlio”) em 1945.⁵

Dessa forma, ressalta-se a compatibilidade entre o corporativismo estatal e as outras formas de representação político-partidárias, após a instituição da Lei Eleitoral de 28 de maio de 1945, que restabeleceu os partidos políticos.⁶ Nas palavras do ministro Alexandre Marcondes Filho – articulador político chave do projeto trabalhista – “O MUNDO DO APÓS-GUERRA PERTENCE AO HOMEM DO TRABALHO” [sic], de acordo com a “inspirada diretriz que a política trabalhista” vinha traçando para o após-Guerra.⁷

A esse respeito, afirmava o jornal *Diário Carioca*: “há sete anos, o povo brasileiro” aprendeu “o que é ‘democracia econômica’, ‘orgânica’, ‘sindical’, ‘corporativa’, ou qualquer outro adjetivo, destinado a mascarar uma ditadura”. Assim, definia a “democracia social”, tão preconizada pelo governo, como própria de um regime, que suprime “as garantias dos cidadãos, a pretexto de satisfazer-lhes as necessidades materiais”. A isto, acrescentava o *Correio da Manhã*, que ao “dar o Golpe de 1937, um dos propósitos do Sr. Getúlio Vargas” foi reduzir as classes trabalhadoras – que ele sempre considerou “incômodas, pretensiosas e exigentes” – ao “cativeiro ideológico” da política estatal. Por isso, Vargas “estabeleceu logo a subordinação integral dos sindicatos ao Ministério do Trabalho” para que o operário “fosse reduzido à simples categoria de escravo. Foi à escravidão a que [o governo]” tentou reduzir os trabalhadores, além de transformar os “sindicatos em agências do Ministério do Trabalho”. De onde conclui: “O que o operariado conseguiu foi no tempo em que havia, entre nós, um pouco de democracia”.⁸

Por seu turno, dando ampla divulgação aos movimentos dos trabalhadores, distinguia *O Radical*, diário de tendência getulista, o que significava a “democracia das oposições” e a “democracia do governo”, esta última assentada na “justiça social” e nos direitos coletivos do trabalho: “Democracia – o nome está ensinando – é o regime do povo”. No Brasil, outro “conceito não queremos conhecer da democracia. Quem seria capaz de injuriar a democracia, chamando de democrata aquela granfinagem [*societas sceleris*] da

4 Embora Vargas não negasse, evidentemente, a participação dos trabalhadores no PTB, partido por ele fundado, chegando a proclamá-los em várias ocasiões, o sindicato permanece definido como instância primeira e “legítima” de organização e expressão das demandas do operariado.

5 CARDOSO e LAGE, 2007. Naturalmente, sem deixar de reconhecer o forte papel do sistema legislado nas relações trabalhistas no Brasil, pesquisas recentes apontaram a formação de uma “cultura de direitos” dos trabalhadores no período democrático, entre 1946-64, que não se confunde com ideias de “manipulação populista” ou trabalhadores “dependentes” do Estado. Essas pesquisas mostraram que, conscientes dos direitos conquistados, os trabalhadores acionaram a Legislação Social e a Justiça do Trabalho (desvinculada do Ministério do Trabalho e do Executivo federal, integrada ao Poder Judiciário pela Constituição de 1946), em proveito próprio. Sobre a atuação do movimento operário e sindical e as ações de trabalhadores na Justiça do Trabalho, superando, por diversas vezes, os limites impostos pelo corporativismo estatal, consultar SILVA, 2016, além de CORRÊA, 2016.

6 Acerca das vinculações entre o sistema político-partidário, construído em 1945, e o Estado Novo o trabalho pioneiro de Maria do Carmo Campello de Souza permanece referência obrigatória. (SOUZA, 1983).

7 *O Radical*. Rio de Janeiro, 04/07/1945, p. 1, 2.

8 *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 04/03/1945, p.1; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 08/05/1945, p. 2.

tribuna social do Jôquei Clube?”⁹

A democracia aqui definida baseava-se na própria política estatal de reconhecimento das classes trabalhadoras e na garantia dos direitos por elas conquistados. Essa questão estava entre os pontos centrais do discurso antigovernamental nos anos finais do Estado Novo.

Na tentativa de descaracterização da “democracia social” e dos benefícios obtidos pelo operariado, afirmava o jornal *O Globo*, dirigindo-se ao trabalhador e aos partidários do Movimento Queremista, em 1945:

Em que democracia brasileira você foi recebido no Palácio do Catete?... Você escreveu uma carta ao Presidente e obteve uma resposta pronta? Você se ombeou nas ruas com o Presidente da República e teve a honra de apertar-lhe a mão? Você recebeu em casa ou no leito de um hospital a visita do Presidente da República, na pessoa de seu oficial de gabinete?... Você teve o prazer de ver o Presidente da República tomar em seus braços o seu filho querido, pobre, mas tão brasileiro como o filho dos ‘democratas’ [do governo]? Você escreveu ao Presidente da República pedindo-lhe uma perna, um braço mecânico, para amenizar o defeito físico que, por acaso, você tenha e recebeu em sua casa este benefício?..¹⁰

A esse respeito, rebatia o jornal *O Radical*: “Queiram ou não os adversários do governo” as classes trabalhadoras “sentem-se garantidas em seus direitos” e compreendem que os que combatem a política estatal “nada fizeram em seu benefício”. Muito pelo contrário. Esses “paladinos do passadismo”, “censores” da política trabalhista, são os primeiros a fomentar “a discórdia nacional” por um lado; e por outro, “acumulando fortunas nababescas que, bem estudadas suas origens, dariam causa a muito trabalho aos meirinhos da nossa justiça”. Dessa forma, justificava a campanha dos “meios conservadores” que se arvoravam em “donos da verdade democrática”, batendo-se: 1º.) “contra os Institutos de Aposentadorias” e contra o “reajustamento [das pensões] pelos salários” – “Abono, abono, dizem eles”; 2º.) contra a “Lei de Férias!” Para que isto? Não seria melhor o trabalhador receber uma gratificação?” e 3º.) contra a “estabilidade”, que seria “prejudicial aos trabalhadores”, por tirar-lhes “o estímulo”. Em face disso, conclui que as classes trabalhadoras, aderindo ao governo, caminhavam para a democracia. Mas a “democracia”, bem entendido: “que atenda aos postulados do bem-estar social de todos, garantindo direitos e impondo deveres, sem exclusão dos que tanto contribuem para o enriquecimento da nação, os trabalhadores”.¹¹

Em outros termos, o que estava em disputa era a política estatal de reconhecimento dos trabalhadores e os rumos da orientação econômico-social (industrialização, intervencionismo, direitos trabalhistas) traçados pelo governo.

Ao fim do Estado Novo, as questões debatidas por segmentos das elites – as chamadas “classes produtoras” ou “interessadas” – pela imprensa e publicações de órgãos

9 *O Radical*. Rio de Janeiro, 04/07/1945, p. 1, 2; Idem, 19/08/1945.

10 *O Globo*. Rio de Janeiro, 04/10/1945, p. 3.

11 *O Radical*. Rio de Janeiro, 30/06/1945, p. 1, 5.

de classe não aparecem reduzidas à oposição a um modelo político, representado por Vargas. Mas elas envolveram demandas, interesses frente à política estatal, disputas intra elites, fissuras no bloco que se constituiu junto ao poder com o governo Vargas, além de interesses e questões não somente políticos, mas também econômicos e sociais.

Em fins de 1944, a imprensa inicia uma série de matérias explanando sobre o significado das “*Doutrinas Fascistas*”, centradas na intervenção estatal nos terrenos econômico e social. Em face delas, é que se colocaria para as forças contrárias ao governo a imperiosa “necessidade de desmascarar seus regougos ditatoriais” e os “supostos benefícios concedidos ao proletariado”. Isto porque, de acordo com os “preceitos democráticos”, então definidos pela oposição: “governar não é entupir de leis os caminhos pelos quais deveria circular a riqueza nacional”.¹²

A CLT E AS “CLASSES INTERESSADAS” NOS ANOS FINAIS DO ESTADO NOVO

Durante as greves de 1945, os opositores da política trabalhista passaram a defender a tese de que a Legislação Social “estava superada”, uma vez que era “incapaz de evitar as greves” e eliminar os “antagonismos” de classes. Nesse ponto, cabe observar que, na busca de seus próprios objetivos, o governo, através do Ministério do Trabalho, colocava-se mais disposto a tolerar um nível maior de agressividade do movimento operário e sindical, que nos primeiros anos do regime estado-novista seria impensável. Contudo, a fim de julgar as demandas, greves e reivindicações das classes trabalhadoras, o Ministério e a Justiça do Trabalho eram chamados a intervir, na condição de árbitros dos conflitos capital/trabalho.

Defendendo a legislação trabalhista e sindical de seus detratores, o jornal pró-getulista *O Radical* iniciou uma campanha, com o fim de demonstrar o quanto as “*Leis são boas*”. Conforme suas palavras:

Os que atacam e golpeiam, por sadismo congênito, a admirável obra administrativa do eminente presidente Getúlio Vargas vivem no ‘mundo da lua’, inteiramente alheios à nossa realidade. Não conhecem a nossa organização sindical, nunca se inscreveram nos respectivos sindicatos ou não são trabalhadores. Fazem perigosa demagogia, porque ignoram a evolução que, a partir da Revolução Brasileira [de 1930], processou-se pacificamente nos meios trabalhistas. O operário, hoje em dia, é um homem esclarecido e consciente de suas enormes responsabilidades morais e cívicas. Não se deixa conduzir pelo canto das sereias. Ainda que essas sereias sejam muito boas de bico.¹³

Em outra matéria, visando a colocar a questão nos seus devidos termos, publica o periódico, em letras garrafais: “OS DISSÍDIOS COLETIVOS SÃO CLARAMENTE ADMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA” (sic).¹⁴ Cabe observar que, embora

¹² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05/11/1944, 04/05/1945. Consultar também “Clamoroso atentado contra a Propriedade Particular”; “Bulimia de poder”, “Sovietização”, “Democracia, marxismo e italianismo”; “O dilema do ditador”, *Correio da Manhã*, 03/05/1945, 23/06/1945, 03/05/1945, 30/05/1945, 06/10/1945.

¹³ *O Radical*. Rio de Janeiro, 22/07/1945, p. 3.

¹⁴ Idem, 03 e 08/08/1945. Resposta de *O Radical* à matéria publicada pelo *Correio da Manhã* “O Processo do Dis-

admitindo os dissídios, a legislação definia alguns entraves ao movimento sindical. Em fevereiro de 1945, foi suspenso o requisito de que o Ministério do Trabalho fosse ouvido previamente quando da apresentação de dissídios pelos sindicatos. Esse entrave à manifestação das demandas dos trabalhadores foi estabelecido em 1943, em nome da Guerra e da “batalha pela produção”, então definida pela política estatal. (ALVES, 2002).¹⁵

Quanto às divergências manifestas pelos setores industriais estas podem ser identificadas em torno de dois pontos principais: 1º.) os aspectos “redistributivos” da política trabalhista; e 2º.) a questão da ação reguladora do Estado, no tocante a medidas de ordem econômica e social.

Embora amplamente beneficiados pelas medidas de favorecimento do governo e francamente adeptos do formato sindical-corporativo como forma de controle das reivindicações dos trabalhadores, os industriais se mostrariam recalcitrantes à promulgação da CLT. Questões como a aplicação da Lei de Acidentes do Trabalho e a generalização do direito à indenização nos casos de dispensa do trabalhador foram objeto de duras críticas, por “elevar os custos da demissão” e prejudicar a “autoridade do empregador” dentro da empresa. Conforme o discurso empresarial, os diversos pontos da legislação que regulavam as relações de trabalho contribuiriam para agravar “a disposição litigante” dos trabalhadores, bem como sua “intransigência” e “indisciplina” nas fábricas. (ALVES, 2002, p. 134; CORSI, 1996).

De igual modo, eram colocadas as críticas à Justiça do Trabalho. Embora entendida como instrumento adequado para a “pacificação” das relações entre patrões e empregados, sua atuação no sentido de rever medidas disciplinares dos empregadores e arbitrar os conflitos decorrentes do processo de acumulação, foi alvo de permanentes críticas. Afora disso, a instabilidade da cena política, tornando-se mais permeável à presença política do operariado e às suas demandas, acentuaram as divergências desses grupos ao Executivo federal.¹⁶

Em 1945, o rechaçamento a propostas como a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, as críticas ao Sistema Previdenciário e ao seu “impacto inflacionário” sobre a economia (embora sem questionar seu caráter público) marcaram o discurso dos industriais na conjuntura que culminou com a derrubada do governo estado-novista. Isto, na mesma medida em que a questão dos benefícios sociais e da legislação previdenciária

sídio Coletivo”, 01/08/1945, p. 1.

15 Sobre a greve dos comerciários, que vinha se arrastando no período, pronunciava-se a equipe governamental: “Antes de julgar o dissídio entre comerciários e empregadores, a Justiça do Trabalho deve ver a prosperidade do comércio à luz das estatísticas”. *O Radical*. Rio de Janeiro, 04/08/1945.

16 *Boletim da Associação Comercial do Estado de São Paulo. Órgão de informações econômicas e jurídicas*. São Paulo, maio de 1943. A esse respeito, consultar também as seguintes matérias publicadas pelo jornal *Correio da Manhã*: “A nova lei de acidentes do trabalho”, 24/11/1944; “A VOCAÇÃO SACERDOTAL DO POBRE” [sic], 09/01/1945; “As novas Leis” – “O Sr. Getúlio Vargas ‘meteorologista da previsão do tempo’”, 01/02/1945; “O SR. GETÚLIO VARGAS E AS CLASSES TRABALHADORAS” [sic], 08/05/1945; “A CARTA ECONÔMICA DO BRASIL” [sic], 11/05/1945; “DISCURSO PROFERIDO PELO DR. EUVALDO LODI, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, POR OCASIÃO DO ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA DE TERESÓPOLIS” [sic], 11/05/1945 e “A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA” [sic], 11/05/1945.

passaram a ser capitalizados politicamente pelo governo.

No auge de tais debates, noticiava o jornal *O Radical*: “Minha tese não é comunista”, ao reproduzir as palavras de Ildelfonso Albano, escritor, poeta, e funcionário do Ministério do Trabalho, quando da apresentação da proposta de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas no *I Congresso Nacional de Economia* – que se recusou a discuti-la, sob a alegação de que era “comunista”. Em maio de 1945, o periódico noticia ainda em destaque: “Trabalhadores devem participar dos lucros das empresas” e conclui, em face da questão, que: “Os interesses dos trabalhadores são inconciliáveis com os interesses da burguesia”.¹⁷

Por seu turno, nos anos finais do Estado Novo, as propostas de extensão das leis sociais ao campo agigantaram os debates das classes rurais, principalmente através da *Revista Rural Brasileira* e do jornal *O estado de S. Paulo*, que se apresentava como defensor da chamada “civilização agrária” do país. No contexto de promulgação da CLT e das medidas que a ela se seguiram, foram objeto de intensas discussões: o Anteprojeto do Código Rural, cuja iniciativa estava a cargo do Ministério do Trabalho, através de duas comissões interministeriais, sob a direção de Marcondes Filho, e a Lei de Sindicalização dos Trabalhadores Rurais.

A esse respeito, as entidades de classe rurais solicitaram a “exclusão da agricultura dos vários dispositivos do Anteprojeto”, batendo-se contra o “regime de imposições múltiplas” ao homem do campo.¹⁸ Especificamente, os debates das classes rurais sobre a Consolidação das Leis do Trabalho desenvolveram-se em torno de questões como a Lei de Férias e a instituição do Salário Mínimo para os trabalhadores rurais. Medidas consideradas “extravagantes”, uma vez que “o maior mandachuva do interior do país não [poderia], em sua fazenda, fazer parar a chuva e levantar o sol para aproveitar melhor o trabalho de seus operários agrícolas”; que, nesse caso, receberiam dias inteiros de salários, “vendo chover”. O que tornaria “economicamente impossível a retribuição de um trabalho hipotético”.¹⁹ E além destas, a falta de competência da Justiça do Trabalho para apreciar os casos ocorridos entre proprietários e trabalhadores rurais, bem como a própria “inaplicabilidade” das leis ao “mundo rural”.

Por sua vez, a Lei de 10 novembro de 1944, que concede direito de Sindicalização aos Trabalhadores Rurais, dentro da perspectiva de reforço ao sindicalismo estatal e formação de um mercado de consumo no campo, com trabalhadores assalariados, foi considerada um “contrassenso”, “uma verdadeira monstruosidade sistemática”.²⁰ Conforme a *Revista Rural Brasileira*:

Esse proletariado não está suficientemente amadurecido para compreensão dos direitos políticos que lhe querem outorgar (...). Quando se fala em sindicalismo tem-se a ideia logo de socialismo. São ideias irmãs que nasceram juntas: Marx pregou a revolução social, através da obra de um sindicalismo

17 *O Radical*. Rio de Janeiro, 05/06/1945; maio de 1945.

18 *Revista Rural Brasileira*, março de 1943, p. 40.

19 *Idem*, junho de 1943, p. 17.

20 *Revista Rural Brasileira*, 1944 (sem ref. de pág.).

revolucionário (...).

D'aí uma certa aversão por parte das classes agrícolas ao sindicalismo. Não é que elas sejam contra ao associativismo sadio, livre e consciente, com as suas atividades limitadas na defesa da economia agrícola. A sociedade [rural] é a favor do sindicalismo, desde que este esteja limitado à defesa da economia agrícola e não à supressão dela.²¹

Embora tenha permanecido letra morta, devido aos argumentos sobre a sua “improcedência” e “inexequibilidade”, a Lei 7.038, de Sindicalização dos Trabalhadores Rurais, foi revogada cinco dias antes do golpe de 29 de outubro de 1945, pelo decreto 8.127, de 24/10/1945.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, pode-se concluir que as posições político-ideológicas defendidas por esses grupos, além dos interesses específicos de classe, tiveram clara presença no “arranjo de forças” contrárias ao governo Vargas. Quanto às formulações ideológicas contidas nesse discurso, cabe recordar a proposição de Roger Chartier: “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico” da realidade histórica e social “são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 18).

Na iminência do golpe articulado pelas oposições, quatro dias antes da deposição de Vargas, Loureiro da Silva, um dos diretores do Banco do Brasil, denunciava o que denominava como “impatriótico militarismo”: segmentos do Exército transformarem-se em “forças políticas, tutelando o pensamento da nação e impondo situações não aceitas pelo povo”. Segundo ele, o militarismo é a “competição de milhares de homens armados contra milhões de civis desarmados. Confrange saber que listas percorrem os quartéis, angariando assinaturas para forçar pronunciamentos políticos”.²² Nessa direção, em 26/10/1945, o periódico *O Radical* publica com grande destaque uma entrevista do Ministro da Guerra, general Góes Monteiro, denunciando os grupos que “querem lançar o país na luta civil, o mais hediondo crime que se poderia praticar contra a pátria”, uma vez que era “visível o intuito da oposição no sentido de atrair as corporações militares... para os embates da política partidária”.²³ Já em 30/10/1945, estampava o *Correio da Manhã*: “Deposto o Sr. Getúlio Vargas. As Forças Armadas, num magnífico movimento cívico, obrigaram o ditador a entregar o governo ao Judiciário”.²⁴

Por fim, entre as medidas imediatas que se seguiram à deposição de Vargas, cabe destacar a ocupação da sede do Ministério do Trabalho pelo Exército, justificada pelas

21 *Revista Rural Brasileira*, maio de 1945, sem ref. de página (grafia atualizada); consultar também *O estado de S. Paulo*, 30/10/1945, 1.

22 *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25/10/1945, p. 3.

23 *O Radical*. Rio de Janeiro, 26/10/1945, p. 1.

24 *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30/10/1945, p. 1.

oposições como “medida de Segurança Pública”.²⁵

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de e LATMAN-WELTMAN, Fernando. “Uma instituição ausente nos estudos de transição, a mídia brasileira”. In ABREU, Alzira Alves de (org.). **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ALVES, Juliana Martins. A “reinvenção do trabalhismo”: leis sociais e sindicais em revista no segundo Governo Vargas (1951-1954). In ROCHA, Elaine P., SILVA, Leonardo Rabelo de Matos e REIS, Thiago de Souza. (Orgs). **Mundos do trabalho e dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018, p. 345-368.

_____. **Trabalhismo e oposição no Segundo Governo Vargas (1950-1954)**. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

_____. **Entre as trincheiras da oposição: o trabalhismo varguista (1943-1945)**. Dissertação de mestrado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio C. e FREIRE, Silene de M. **Políticas Sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando, 2020.

BOITO Jr, Armando. **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. São Paulo: Ática, 1980.

CARDOSO, Adalberto e LAGE, Telma. **As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1990.

CORSI, F. L. “O fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica”. *Revista de Sociologia e política*, UFPR, n. 6 e 7, 1996.

COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: DIFEL, 1968.

CORRÊA, Larissa Rosa. “O corporativismo dos trabalhadores: leis e direitos na Justiça do Trabalho entre os regimes democrático e ditatorial militar no Brasil (1953-1978)”. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 42, n. 2, maio-agosto 2016, p. 500-526.

D'ARAÚJO, Maria Celina S. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. São Paulo: Ática, 1992.

DULCI, Octavio S. **A UDN e o antipopulismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.

²⁵ *O Radical*. Rio de Janeiro, 01/11/1945, p. 1; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31/10/1945, p. 3; *O estado de S. Paulo*, 01/11/1945, p. 1.

KLEM, Bruna, PEREIRA, Mateus, ARAÚJO, Mateus. (Orgs.). **Do Fake ao Fato des(atualizando) Bolsonaro**. Editora Milfontes: Vitória, 2020.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. "O populismo sindical: um conceito em questão". In REIS, Elisa *et alii* (orgs.). **Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOREL, Marco. **A imprensa periódica no século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Rede da Memória Virtual: <http://catálogos.bn.br>, 2005.

MELLO FRANCO, Virgílio de. **A campanha da UDN**. Rio de Janeiro: Valverde, 1946.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964**. São Paulo: Alameda, 2016.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930- 1964)**. 2ª. edição, São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

WEFFORT, Francisco C. *Democracia e Movimento Operário: algumas questões para a história do período 1945-1964*. (Parte II). **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo, CEDEC, n. 2, 1979.

_____. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FONTES DOCUMENTAIS

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1943-1945.

Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo. Órgão de informações econômicas e financeiras, São Paulo, 1943.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1943-1945.

Diário Carioca. Rio de Janeiro, 1945.

O Estado de S. Paulo, 1945.

O Jornal. Rio de Janeiro, 1945.

O Globo. Rio de Janeiro, 1945.

O Radical. Rio de Janeiro, 1943 -1945.

Revista Rural Brasileira. Publicação Mensal sob os auspícios da Sociedade Rural Brasileira. São Paulo, 1943-1945.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arnaldo de Vilanova 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55

B

Brasil Império 1

C

Camboja 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64

Casamento gay 93

Cooperativização 56, 57, 62, 63, 64

Cultura escolar 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115

Cultura política 1

D

Direitos 38, 70, 74, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 121, 127, 134, 146, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 199, 213, 218, 245, 247, 248, 249, 252, 257

Doutrina reformista 46, 47, 51, 54, 55

E

Educação 25, 26, 28, 29, 37, 39, 40, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 81, 91, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 132, 140, 145, 148, 151, 152, 154, 155, 157, 162, 163, 189, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 245, 247, 252, 256, 257, 259

Ensino integrado 67

Extensão 40, 60, 67, 83, 95, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 124, 197, 212, 213, 222

G

Garantias fundamentais 93, 95, 102

H

História 4, 10, 19, 25, 26, 27, 30, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 53, 54, 55, 56, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 104, 107, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 118, 121, 125, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 166, 167, 170, 171, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 189, 199, 200, 201, 202, 207, 210, 226, 227, 228, 231, 233, 234, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 253, 259

História da arte 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91

História indígena 134

Historiografia 60, 67, 68, 104, 107, 108, 115, 155, 169, 171, 172, 175, 176, 177, 180, 186, 226

Homossexuais 93, 94, 95, 97, 98, 100, 103

I

Identidade 17, 22, 71, 77, 93, 96, 99, 102, 108, 110, 111, 112, 134, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 150, 221, 236, 237, 240, 242, 243, 249

Igreja 17, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 103, 121, 183, 184, 187

Indissociabilidade entre ensino 104, 105, 107

K

Khmer vermelho 56, 57, 58, 62, 64, 65

L

Legislação 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 126, 131, 163, 191, 193, 195, 196, 215, 216, 250

Liberdade sexual 93, 102

M

Memória 17, 20, 42, 44, 55, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 134, 135, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 200, 222, 226, 233, 234, 238, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 253, 257

P

Partido Comunista do Kampuchea 56, 57, 58, 63

Pensamento mítico 80, 84, 85

Pernambuco 1, 2, 3, 6, 7, 9, 10, 34, 39, 41, 119, 120, 133, 134, 135, 137, 140, 145

Pesquisa 26, 27, 43, 45, 47, 67, 69, 74, 75, 77, 78, 80, 86, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 115, 125, 130, 140, 147, 149, 164, 177, 190, 202, 204, 205, 206, 212, 222, 226, 227, 229, 232, 233, 235, 247, 248

Política 1, 6, 13, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 94, 110, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 131, 132, 135, 142, 145, 151, 152, 166, 169, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 203, 206, 207, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 227, 237, 238, 241, 249, 250, 251, 252, 257

Pol Pot 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

Povo Pankará 134, 145

Práticas educativas 104, 107

R

Racionalismo 80, 84, 89

Regência 1, 6, 7, 212

Resistência 9, 35, 67, 68, 69, 73, 120, 122, 123, 131, 134, 135, 139, 145, 169, 191, 234, 243, 244, 251, 255, 256, 257

S

Sociedade 6, 18, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 39, 40, 51, 52, 54, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 74, 77, 82, 91, 93, 94, 95, 98, 101, 102, 106, 107, 109, 111, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 131, 144, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 173, 187, 191, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 232, 235, 240, 244, 249, 252, 255

Super Facto Adventus Antechristi 46

U

União estável 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101

V

Vênus de Willendorf 80, 85, 86, 87, 88

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br